

processo seletivo simplificado regulado pelo Edital nº 40/2018, DECISÃO Nº 3864/2024 - O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: 1) das fichas admissionais juntadas ao processo em apreço; 2) das seguintes contratações temporárias, realizadas pela Secretaria de Educação do Distrito Federal - SEE/DF, decorrentes do processo seletivo simplificado regulado pelo Edital nº 40/2018, publicado no DODF de 03.09.2018, Professor Substituto, especialidade Atividades: Alcione Lucas Gontijo, Ana Beatriz Moreira Alves, Andrea Maria Alves Pinto Santos, Andressa N Ivya Neves de Lima, Antonia de Maria Martins Asevedo, Ariane Carvalho Portella, Arlene Fonseca da Costa, Auxiliadora Pereira de Medeiros, Beatriz Ramos E Silva, Brunielli Ketlen de Jesus dos Santos, Carolina Mattioli Corrêa, Debora Luzia Pereira da Silva, Denise Ramos Henriques da Silva, Edileia Lima Gonçalves, Elaine Borges dos Santos, Eliana Pereira de Jesus Miranda Lopes, Fabiane Alexandre e Silva, Fernanda Oliveira da Silva, Francicleide Silva de Brito, Geronica Cipriano Maniçoba de Almeida, Glaucia Moraes Martins Dourado, Glaucia Pereira Menino, Gunnar Vingren da Costa Mendes, Hérica Heredia Salas, Isabela Vitoria Mendes Barriolo, Izabel Alves da Silva, Jackson Lenon de Araújo da Silva, Karla Carvalho Brandão Ribeiro, Kelly Carvalho Diniz, Kessiane Justiniano Padilha, Laurena Alves Teixeira Ramos, Leilane Sena Lopes, Lisele Maia Rodrigues de Figueiredo, Luciana Melo Martins, Lucijane Rodrigues de Almeida, Maria Alves Neves, Maria Aparecida da Silva, Mariana de Moraes Germano, Marlene Oliveira Delmondes, Núbia Arruda de Queiroz Delfino, Priscila Glória Raposo Lopes, Rafael Emiliano Miranda, Ranielle da Silva Garcez Costa, Rayane Lopes Delfino, Rejane Costa Lemos de Oliveira, Rogério Gabriel de Lima Ramos, Selma da Silva Alves Reis, Vera Lucia de Araujo do Nascimento, Viviana Pereira dos Santos e Viviane Rodrigues Martins; II – autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 00600-00011729/2024-19-e - Revisão da aposentadoria de BEN HUR JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA - DF LEGAL. DECISÃO Nº 3865/2024 - O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – considerar legal, para fins de registro, a concessão a seguir relacionada, ressalvando que a regularidade da fixação do respectivo benefício será verificada na forma do item I da Decisão nº 77/07, proferida no Processo nº 24185/07 (Nº do Ato - Servidor/Instituidor - Tipo de Ato - Jurisdicionado - Cargo - Prazo no Tribunal): 0511396 - BEN HUR JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA - REVISÃO DE APOSENTADORIA - DF LEGAL - Auditor Fiscal de Atividades Urbanas - 1 ano(s), 0 mês(es) e 14 dia(s); II – autorizar o arquivamento do feito.

PROCESSO Nº 00600-00011733/2024-87-e - Revisão da aposentadoria de BENEDITA LOPES FERREIRA DA SILVA OLIVEIRA - SEE/DF. DECISÃO Nº 3866/2024 - O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – considerar legal, para fins de registro, a concessão a seguir relacionada, ressalvando que a regularidade da fixação do respectivo benefício será verificada na forma do item I da Decisão nº 77/07, proferida no Processo nº 24185/07 (Nº do Ato - Servidor/Instituidor - Tipo de Ato - Jurisdicionado - Cargo - Prazo no Tribunal): 0229557 - BENEDITA LOPES FERREIRA DA SILVA OLIVEIRA - REVISÃO DE APOSENTADORIA - SEE - Agente de Gestão Educacional - 0 ano(s), 6 mês(es) e 6 dia(s); II – autorizar o arquivamento do feito.

PROCESSO Nº 00600-00011763/2024-93-e - Aposentadorias concedidas pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF. DECISÃO Nº 3867/2024 - O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – considerar legais, para fins de registro, as concessões a seguir relacionadas, ressalvando que a regularidade da fixação dos respectivos benefícios será verificada na forma do item I da Decisão nº 77/07, proferida no Processo nº 24185/07 (Nº do Ato - Servidor/Instituidor - Tipo de Ato - Jurisdicionado - Cargo - Prazo no Tribunal): 0567641 - SARA ARAUJO DE FIGUEIREDO - APOSENTADORIA - SES - Técnico em Gestão e Assistência Pública à Saúde - 0 ano(s), 5 mês(es) e 30 dia(s); 0569345 - SINARA JOAQUINA NEIVA - APOSENTADORIA - SES - Técnico em Enfermagem - 0 ano(s), 3 mês(es) e 17 dia(s); 0569776 - SONIA DA SILVA CONRADO - APOSENTADORIA - SES - Técnico em Enfermagem - 0 ano(s), 3 mês(es) e 17 dia(s); 0568991 - TERESINHA TEIXEIRA DA CRUZ BARBOSA - APOSENTADORIA - SES - Analista em Gestão e Assistência Pública à Saúde - 0 ano(s), 3 mês(es) e 17 dia(s); 0569043 - STAEL MOREIRA LEMOS - APOSENTADORIA - SES - Técnico em Enfermagem - 0 ano(s), 3 mês(es) e 17 dia(s); 0569187 - RUBENS ANTÔNIO BENTO RIBEIRO - APOSENTADORIA - SES - Médico - 0 ano(s), 3 mês(es) e 17 dia(s); 0569830 - SÔNIA MARIA SOUZA DOS SANTOS ABREU - APOSENTADORIA - SES - Técnico em Enfermagem - 0 ano(s), 3 mês(es) e 17 dia(s); 0570137 - SIMONE ROSA PORTELLA DANTAS - APOSENTADORIA - SES - Técnico em Enfermagem - 0 ano(s), 3 mês(es) e 17 dia(s); 0570677 - RUBENS CARLOS PEREIRA DOS SANTOS NOGUEIRA - APOSENTADORIA - SES - Analista em Gestão e Assistência Pública à Saúde - 0 ano(s), 3 mês(es) e 17 dia(s); 0572297 - SILVIA ALVES CABECEIRA - APOSENTADORIA - SES - Técnico em Enfermagem - 0 ano(s), 3 mês(es) e 17 dia(s); 0467600 - SÉRGIO MAURO NUNES SANTIAGO - APOSENTADORIA - SES - Analista em Gestão e Assistência Pública à Saúde - 0 ano(s), 4 mês(es) e 11 dia(s); 0507892 - NEUSA MARIA ALVES - APOSENTADORIA - SES - Técnico em Gestão e Assistência Pública à Saúde - 0 ano(s), 4 mês(es) e 11 dia(s); 0566688 - SIMONE DA COSTA ROSSI DE OLIVEIRA - APOSENTADORIA - SES - Cirurgião-Dentista - 0 ano(s), 5 mês(es) e 30 dia(s); 0562968 - STANLEY RIBEIRO ALEXANDRE - APOSENTADORIA - SES - Analista em Gestão e Assistência Pública à Saúde - 0 ano(s), 5 mês(es) e 30 dia(s); 0564944 - SILVANE RAMOS - APOSENTADORIA - SES - Especialista em Saúde - 0 ano(s), 5 mês(es) e 30 dia(s); II – autorizar o arquivamento do feito.

RELATADO(S) PELO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA
PROCESSO Nº 00600-00003098/2024-64-e - Revisão da pensão militar instituída por PEDRO RAMOS - PMDF. DECISÃO Nº 3868/2024 - O Tribunal, por unanimidade, de

acordo com o voto do Relator, decidiu: I – determinar à jurisdicionada que adote, no prazo de 30 (trinta) dias, as seguintes providências: a) torne sem efeito o ato publicado no DODF de 11.06.2024, que retificou a concessão inicial; b) retifique o ato concessório para excluir o inciso I do art. 37 da Lei nº 10.486/02 e incluir o art. 7º, I, a, e II, da Lei nº 3.765/60, c/c o art. 24-B, inciso III, do Decreto-Lei nº 667/69, incluído pela Lei nº 13.954/19 e art. 31 da MP 2.215/01; c) registre o referido ato de retificação na aba "Dados da Concessão" e junte o ato na aba "Anexos e Observações"; d) exclua da aba dados da concessão o ato de retificação publicado no DODF de 11.06.2024; II – autorizar o encaminhamento dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal – Sefipe, para adoção das providências cabíveis.

PROCESSO Nº 00600-00009429/2024-70-e - Reforma de ARNALDO BOTELHO BARBOSA - CBMDF. DECISÃO Nº 3869/2024 - O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame, ressalvando que a regularidade das parcelas do abono provisório será verificada na forma do inciso I da Decisão Administrativa nº 77/07, adotada no Processo nº 24.185/07; II – autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 00600-00009435/2024-27-e - Pensão civil instituída por MOYSES CAROLINO FILHO - PCDF. DECISÃO Nº 3870/2024 - O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame, ressalvando que a regularidade das parcelas do título de pensão será verificada na forma do inciso I da Decisão Administrativa nº 77/07, adotada no Processo nº 24.185/07; II – autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 00600-00010018/2024-27-e - Aposentadoria de ROBSON SILVA MARTINS - PCDF. DECISÃO Nº 3871/2024 - O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame, ressalvando que a regularidade das parcelas do abono provisório será verificada na forma do inciso I da Decisão Administrativa nº 77/07, adotada no Processo nº 24.185/07; II – autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 00600-00010265/2024-23-e - Pensões civis expedidas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal - SSP/DF. DECISÃO Nº 3872/2024 - O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – considerar legais, para fins de registro, as seguintes concessões, ressalvando que a regularidade das parcelas dos títulos de pensões será verificada na forma do inciso I da Decisão Administrativa nº 77/07, adotada no Processo nº 24.185/07 (Nº do Ato - Servidor/Instituidor – Cargo): 0497542 - EDSON GOMES - Técnico em Políticas Públicas e Gestão Governamental; 0556488 - JOSE PEREIRA NEVES - Técnico em Políticas Públicas e Gestão Governamental; 0571234 - MARCELINO RODRIGUES DA SILVA - Técnico em Políticas Públicas e Gestão Governamental; II – autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 00600-00010304/2024-92-e - Aposentadorias concedidas pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEE/DF. DECISÃO Nº 3873/2024 - O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – considerar legais, para fins de registro, as seguintes aposentadorias, ressalvando que a regularidade das parcelas dos abonos provisórios será verificada na forma do inciso I da Decisão Administrativa nº 77/07, adotada no Processo nº 24.185/07 (Nº do Ato - Servidor - Cargo): 0386833 - ROSILEIDE DA SILVA DAMACENO - Técnico de Gestão Educacional; 0390382 - ROSENILDA ANGELINA MARANHÃO LIMA - Agente de Gestão Educacional; 0393970 - ROSA DE ARAÚJO GOMES - Agente de Gestão Educacional; 0397081 - RITA DORADA ALVES DA SILVA - Agente de Gestão Educacional; 0390555 - ROSA NEVES DE SANTANA BONFIM - Agente de Gestão Educacional; 0392917 - ROCILDA UCHOA DE SOUSA - Agente de Gestão Educacional; 0399458 - ROSALINA SOARES REDUSINO - Agente de Gestão Educacional; 0395916 - ROSILDA FATIMA DE SOUZA - Agente de Gestão Educacional; 0395936 - RAIMUNDO ALBUQUERQUE DOS ANJOS - Agente de Gestão Educacional; 0416830 - RAIMUNDO NONATO RIPARDO - Agente de Gestão Educacional; II – autorizar o arquivamento dos autos.

O(s) processo(s) apreciado(s) nesta sessão que, porventura, não figurou(aram) no Extrato de Pauta Virtual nº 38/2024, publicado no DODF de 03.10.2024, página 14, previsto no art. 116, § 3º, do RI/TCDF, teve(tiveram) sua inclusão procedida na pauta com fundamento no § 5º da mesma norma.

Às 13 horas de 11 de outubro de 2024, encerrou-se a sessão, em cumprimento ao art. 3º da Resolução nº 352, de 08.12.21. E, para constar, eu, JOÃO BATISTA PEREIRA DE SOUZA, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata, contendo 40 processos, que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros, Conselheiro-Substituto e representante do Ministério Público junto ao Tribunal.

MÁRCIO MICHEL, MANOEL DE ANDRADE, ANILCÉIA MACHADO, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU, ANDRÉ CLEMENTE, VINÍCIUS FRAGOSO e DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE.

ACÓRDÃO Nº 540/2024

Ementa: Tomada de Contas Anual. Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF. Exercício de 2002. Contas julgadas irregulares, sem débito e sem multa.

Processo TCDF: 739/2003-e

Responsável: Arnaldo Bernardino Alves (CPF: ***.311.094-**), Secretário de Estado, de 23/11/2002 a 31/12/2002)

Órgão: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.

Relator: Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.

Síntese de irregularidades apuradas: repercussão, no presente feito, das irregularidades que ensejaram a multa aplicada pela Decisão Reservada nº 24/2007, a pena de inabilitação e a imputação de débito constante da Decisão nº 4043/2009 (Processo nº 1110/2002), consubstanciadas na autorização para a dispensa de licitação para a aquisição do Hospital Geral Nossa Senhora Aparecida sem observar preceitos da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e por preço superior ao de mercado.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando o que consta do processo, assim como as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, com fundamento no art. 17, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Complementar Distrital nº 01/1994, em julgar irregulares as contas em apreço, sem aplicação de multa e débito, tendo em vista o responsável ter sido apenas no bojo do Processo nº 1110/2002, em decorrência das irregularidades em epígrafe.

ATA da Sessão Ordinária nº 5399 de 9 de outubro de 2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Inácio Magalhães Filho, Márcio Michel, Paulo Tadeu e André Clemente e o Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA

Presidente

VINÍCIUS CARDOSO DE PINHO FRAGOSO

Conselheiro-Substituto Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 541/2024

Ementa: Tomada de Contas Anual. Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF. Exercício de 2002. Contas julgadas regulares com ressalva. Quitação aos responsáveis.

Processo TCDF: 739/2003-e

Responsáveis: Aluísio Toscano França (CPF: ***.923.161-**), Secretário de Estado, de 24/7/2002 a 22/11/2002 e Secretário Adjunto, de 24/4/2002 a 23/7/2002 e Márcia de Fátima Machado Melo (CPF: ***.033.876-**), Chefe de Gabinete, de 14/8/2002 a 4/12/2002).

Órgão: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.

Relator: Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.

Síntese de impropriedades/falhas apuradas: subitens 1.1.1 (dispensa de licitação sem pesquisa prévia de preços); 1.2.1 (ausência de planejamento na compra de produtos hospitalares); 2.1.1 (pagamento de despesas sem cobertura contratual); 2.2.1 (inexigibilidade de licitação sem comprovação de inviabilidade de competição e sem pesquisa de preços); 2.4.1 (aquisição de medicamentos sem empenho prévio); 3.1.1 (morosidade na aquisição de medicamentos; 3.2.1 e 3.2.2 (entrega direta de medicamentos em Hospitais, desacompanhados de nota fiscal) do Relatório Preliminar de Auditoria Operacional nº 02/2003 (e-DOC EF9E6B76, pp. 66/85); e subitens 3.1 e 3.4 (inobservância de requisitos legais no pagamento de despesas de exercícios anteriores), bem como o 3.3 (prestação de serviços sem cobertura contratual e sem empenho prévio) do Relatório de Auditoria nº 078/2003 – CONTROLADORIA (e-DOC 122247C2, pp. 445/471).

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando o que consta do processo, assim como as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, com fundamento nos arts. 17, inciso II, e 24, inciso II, da Lei Complementar Distrital nº 1, de 9 de maio de 1994, em julgar regulares com ressalva as contas em apreço e dar quitação aos responsáveis indicados.

ATA da Sessão Ordinária nº 5399 de 9 de outubro de 2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Inácio Magalhães Filho, Márcio Michel, Paulo Tadeu e André Clemente e o Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA

Presidente

VINÍCIUS CARDOSO DE PINHO FRAGOSO

Conselheiro-Substituto Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 542/2024

Ementa: Tomada de Contas Anual. Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF. Exercício de 2002. Contas julgadas regulares com ressalva. Quitação aos responsáveis.

Processo TCDF: 739/2003-e

Responsáveis: Jofran Frejat (CPF: ***.221.871-**), Secretário de Estado, de 1º/1/2002 a 4/4/2002; Paulo Afonso Kalume Reis (CPF: ***.970.486-**), Secretário de Estado, de 11/4/2002 a 23/7/2002 e Secretário Adjunto, de 1º/1/2002 a 10/4/2002 e Herli Helena Borges Martins (CPF: ***.625.051-**), Chefe de Gabinete, de 26/4/2002 a 13/8/2002).

Órgão: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.

Relator: Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.

Síntese de impropriedades/falhas apuradas: subitens 1.1.1 (dispensa de licitação sem pesquisa prévia de preços); 1.2.1 (ausência de planejamento na compra de produtos hospitalares); 2.1.1 (pagamento de despesas sem cobertura contratual); 2.2.1 (inexigibilidade de licitação sem comprovação de inviabilidade de competição e sem pesquisa de preços); 2.4.1 (aquisição de medicamentos sem empenho prévio); 3.1.1

(morosidade na aquisição de medicamentos; 3.2.1 e 3.2.2 (entrega direta de medicamentos em Hospitais, desacompanhados de nota fiscal) do Relatório Preliminar de Auditoria Operacional nº 02/2003 (e-DOC EF9E6B76, pp. 66/85); e subitens 3.1 e 3.4 (inobservância de requisitos legais no pagamento de despesas de exercícios anteriores), bem como o 3.3 (prestação de serviços sem cobertura contratual e sem empenho prévio) do Relatório de Auditoria nº 078/2003 – CONTROLADORIA (e-DOC 122247C2, pp. 445/471).

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando o que consta do processo, assim como as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, com fundamento nos arts. 17, inciso II, e 24, inciso II, da Lei Complementar Distrital nº 1, de 9 de maio de 1994, em julgar regulares com ressalva as contas em apreço e dar quitação aos responsáveis indicados.

ATA da Sessão Ordinária nº 5399 de 9 de outubro de 2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Inácio Magalhães Filho, Márcio Michel, Paulo Tadeu e André Clemente e o Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA

Presidente

VINÍCIUS CARDOSO DE PINHO FRAGOSO

Conselheiro-Substituto Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 543/2024

Ementa: Tomada de Contas Anual. Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF. Exercício de 2002. Contas julgadas regulares. Quitação plena aos responsáveis.

Processo TCDF: 739/2003-e

Responsáveis: Esmaragdo Ramos Lima (CPF: ***.050.504-**), Secretário de Estado respondendo, de 5/4/2002 a 10/4/2002 e Chefe de Gabinete, de 1º/1/2002 a 25/4/2002; Mário Antônio Alvarenga Horta Barbosa (CPF: ***.093.391-**), Secretário Adjunto, de 4/12/2002 a 31/12/2002; Maria da Paz Coutinho Dutra Martins (CPF: ***.629.103-**), Secretária Adjunta, de 24/7/2002 a 8/10/2002 e 29/10/2002 a 5/11/2002; Elias Tavares de Araújo (CPF: ***.356.601-**), Secretário Adjunto substituído, de 9/10/2002 a 28/10/2002 e Carlos Antônio de Brito (CPF: ***.215.401-**), Secretário Adjunto respondendo, de 6/11/2002 a 3/12/2002.

Órgão: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.

Relator: Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso, com fundamento nos arts. 17, inciso I, e 24, inciso I, da Lei Complementar Distrital nº 1, de 9 de maio de 1994, em julgar regulares as contas em apreço e dar quitação plena aos responsáveis indicados.

ATA da Sessão Ordinária nº 5399 de 9 de outubro de 2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Inácio Magalhães Filho, Márcio Michel, Paulo Tadeu e André Clemente e o Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA

Presidente

VINÍCIUS CARDOSO DE PINHO FRAGOSO

Conselheiro-Substituto Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 544/2024

Ementa: Tomada de Contas Especial. Possíveis prejuízos provenientes da execução do Contrato nº 47/2005. Citação. Improcedência das Alegações de Defesa e cientificação para recolhimento do débito. Contas julgadas irregulares, sem imputação de débito. Multa. Notificação para recolhimento da importância.

Processo TCDF: 36404/2008-e

Responsável: Wagner Gonçalves Benck de Jesus (CPF: ***.891.761-**).

Órgão: Companhia de Planejamento do Planalto Central – CODEPLAN.

Relator: Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Demóstenes Tres Albuquerque.

Síntese das irregularidades: Realizar o ateste dos serviços e pontos de função em valores que destoavam das regras fixadas no item 4 do Projeto Básico integrante do Contrato nº 47/2005.

Valor da multa aplicada ao responsável: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Vistos, relatados e discutidos os autos, tendo em conta as conclusões da unidade instrutiva e do Ministério Público de Contas, acordam os Conselheiros, nos termos do voto prolatado pelo Relator deste feito em:

I- Com fundamento no art. 17, inciso III, alíneas “b” e “c” da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, julgar irregulares as contas em apreço;

II - como consequência, tendo como referência o disposto no art. 57, inciso I, c/c art. 20, parágrafo único, ambos da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, aplicar ao responsável a multa acima indicada;

III - fixar o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da correspondente notificação, para que o responsável comprove, perante o Tribunal, o recolhimento ao erário da quantia relativa à multa aplicada, atualizada monetariamente nos termos do art. 272, § 5º, da Resolução nº

296, de 15 de setembro de 2016, e do art. 1º da Lei Complementar do DF nº 435, de 27 de dezembro de 2001, alertando-os da possibilidade de incidência de encargos moratórios nos termos do art. 213 da Resolução nº 296, de 15 de setembro de 2016, e do art. 3º da Lei Complementar do DF nº 435, de 27 de dezembro de 2001;

IV - Autorizar, desde logo, a adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 29 da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, caso não atendidas as determinações.

ATA da Sessão Ordinária nº 5399 de 9 de outubro de 2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Inácio Magalhães Filho, Márcio Michel, Paulo Tadeu e André Clemente e o Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCD: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA

Presidente

VINÍCIUS CARDOSO DE PINHO FRAGOSO

Conselheiro-Substituto Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 545/2024

Ementa: Tomada de Contas Especial. Possíveis prejuízos provenientes da execução do Contrato nº 47/2005. Citação. Improcedência das Alegações de Defesa e cientificação para recolhimento do débito. Contas julgadas irregulares, sem imputação de débito. Multa. Notificação para recolhimento da importância.

Processo TCD: 36404/2008-e

Responsável: Joel Francisco Barbosa (CPF: ***.152.094-**).

Órgão: Companhia de Planejamento do Planalto Central – CODEPLAN.

Relator: Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCD: Procurador Demóstenes Tres Albuquerque.

Síntese das irregularidades: Realizar o ateste dos serviços e pontos de função em valores que destoavam das regras fixadas no item 4 do Projeto Básico integrante do Contrato nº 47/2005.

Valor da multa aplicada ao responsável: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Vistos, relatados e discutidos os autos, tendo em conta as conclusões da unidade instrutiva e do Ministério Público de Contas, acordam os Conselheiros, nos termos do voto prolatado pelo Relator deste feito em:

I- Com fundamento no art. 17, inciso III, alíneas “b” e “c” da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, julgar irregulares as contas em apreço;

II - como consequência, tendo como referência o disposto no art. 57, inciso I, c/c art. 20, parágrafo único, ambos da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, aplicar ao responsável a multa acima indicada;

III - fixar o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da correspondente notificação, para que o responsável comprove, perante o Tribunal, o recolhimento ao erário da quantia relativa à multa aplicada, atualizada monetariamente nos termos do art. 272, § 5º, da Resolução nº 296, de 15 de setembro de 2016, e do art. 1º da Lei Complementar do DF nº 435, de 27 de dezembro de 2001, alertando-os da possibilidade de incidência de encargos moratórios nos termos do art. 213 da Resolução nº 296, de 15 de setembro de 2016, e do art. 3º da Lei Complementar do DF nº 435, de 27 de dezembro de 2001;

IV - Autorizar, desde logo, a adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 29 da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, caso não atendidas as determinações.

ATA da Sessão Ordinária nº 5399 de 9 de outubro de 2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Inácio Magalhães Filho, Márcio Michel, Paulo Tadeu e André Clemente e o Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCD: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA

Presidente

VINÍCIUS CARDOSO DE PINHO FRAGOSO

Conselheiro-Substituto Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 546/2024

Ementa: Tomada de Contas Especial. Possíveis prejuízos provenientes da execução do Contrato nº 47/2005. Citação. Improcedência das Alegações de Defesa e cientificação para recolhimento do débito. Não recolhimento. Contas julgadas irregulares. Notificação para recolhimento do débito imputado.

Processo TCD: 36404/2008-e

Responsável: Sociedade Empresária Sapiens Tecnologia da Informação S.A. (CNPJ: 02.926.943/0001-75).

Órgão: Companhia de Planejamento do Planalto Central – CODEPLAN.

Relator: Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCD: Procurador Demóstenes Tres Albuquerque.

Síntese das irregularidades: Superfaturamento decorrente de indicação, nos Termos de Certificação de Serviços, de valor superior por ponto de função, em desacordo com os percentuais fixados no item 4 do Projeto Básico integrante do Contrato nº 47/2005.

Débito imputado ao responsável: no valor original de R\$ 4.772.338,82, atualizado monetariamente, na forma do art. 212 da Resolução nº 296, de 15 de setembro de 2016, c/c a Lei Complementar do DF nº 435, de 27 de dezembro de 2001, perfazendo o valor R\$ 45.368.251,02 (atualizado até 1º/3/2024).

Vistos, relatados e discutidos os autos, tendo em conta as conclusões da unidade instrutiva e do Ministério Público de Contas, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator deste feito em:

I- Com fundamento no art. 17, inciso III, alíneas “b” e “c” da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, julgar irregulares as contas em apreço;

II- Condenar o responsável a recolher, ao erário, o valor que lhe é imputado, atualizado monetariamente e com a incidência dos juros de mora, conforme consta das disposições do artigo 212 do RITCDF c/c os da Lei Complementar nº 435/2001, até o dia do efetivo ressarcimento do dano;

III- fixar o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da correspondente notificação, para que o responsável comprove, perante o Tribunal, o recolhimento ao erário da quantia atualizada relativa ao débito imputado, alertando sobre a possibilidade de incidência de encargos moratórios nos termos do art. 213 da Resolução nº 296, de 15 de setembro de 2016, e do art. 3º da Lei Complementar do DF nº 435, de 27 de dezembro de 2001;

IV - Autorizar, desde logo, a adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 29 da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, caso não atendidas as determinações.

ATA da Sessão Ordinária nº 5399 de 9 de outubro de 2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Inácio Magalhães Filho, Márcio Michel, Paulo Tadeu e André Clemente e o Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCD: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA

Presidente

VINÍCIUS CARDOSO DE PINHO FRAGOSO

Conselheiro-Substituto Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 547/2024

Ementa: Monitoramento de decisões. Decisão nº 5.290/2020. Acórdão nº 586/2020. Processo nº 31.444/2017-e. Comprovação de recolhimento de multa. Quitação ao responsável.

Processo TCD: 00600-00003515/2021-26-e

Responsável: Diogo Francisco Vieira (CPF: ***.185.911-**).

Órgão: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.

Relator: Conselheiro Inácio Magalhães Filho.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCD: Procurador Demóstenes Tres Albuquerque.

Síntese das irregularidades apuradas: 1) na adesão à ARP nº 37/2013 – Ministério da Defesa, que deu ensejo ao Contrato nº 263/2014 (Mobilário Hospitalar – Processo nº 060.003.421/2014 – Contratada: Hospimetal Indústria Metalúrgica de Equipamento Hospitalares Ltda. – Valor: R\$ 4.620.325,72); por ter solicitado a aquisição direcionada para a adesão; 2) na adesão à ARP nº 06/2013 – FUNASA, que possibilitou a assinatura do Contrato nº 249/2013 (Mobiliário para escritório Processo nº 060.009.212/2013 – Contratada: Giom Comércio e Representações de Móveis Ltda. – Valor: R\$ 6.425.070,00); (i) por ter aprovado o Termo de Referência definitivo da aquisição; e (ii) por não ter apresentado justificativas para as quantidades adquiridas.

Valor da multa aplicada: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Vistos, relatados e discutidos os autos, tendo em conta as conclusões da unidade instrutiva e do Parquet especial, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator deste feito, com fundamento no art. 28 da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, em considerar o responsável, no que tange a multa imposta por meio da Decisão nº 5.290/2020 e Acórdão nº 586/2020, quite com o erário, em face do recolhimento da penalidade que lhe for aplicada.

ATA da Sessão Ordinária nº 5399 de 9 de outubro de 2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Inácio Magalhães Filho, Márcio Michel, Paulo Tadeu e André Clemente e o Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCD: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA

Presidente

INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Conselheiro Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 548/2024

Ementa: Monitoramento de decisões. Decisão nº 3.266/2023. Acórdão nº 370/2023. Processo nº 17.582/2015-e. Comprovação de recolhimento de multa. Quitação ao responsável.

Processo TCD: 00600-00006833/2024-91-e

Responsável: Flávio Tavares Sampaio (CPF: ***.591.794-**).

Órgão: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.

Relator: Conselheiro Inácio Magalhães Filho.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCD: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.

Síntese das irregularidades apuradas: irregularidades na aquisição de aparelhos de tromboelastografia pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.

Valor da multa aplicada: R\$ 3.478,25 (três mil quatrocentos e setenta e oito reais e vinte e cinco centavos).

Vistos, relatados e discutidos os autos, tendo em conta as conclusões da unidade instrutiva e do Parquet especial, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator deste feito, com fundamento no art. 28 da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, em considerar o responsável, no que tange a multa imposta por meio da Decisão nº 3.266/2023 e Acórdão nº 370/2024, quite com o erário, em face do recolhimento da penalidade, no valor de R\$ 2.434,82, com desconto de 30%, nos termos do art. 213 do RITCDF.

ATA da Sessão Ordinária nº 5399 de 9 de outubro de 2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Inácio Magalhães Filho, Márcio Michel, Paulo Tadeu e André Clemente e o Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA

Presidente

INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Conselheiro Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 549/2024

Ementa: Recurso interposto contra a Decisão nº 2919/2013 e Acórdão nº 313/2023. Reconhecimento da prescrição em relação ao recorrente. Tornar sem efeito o Acórdão nº 313/2023. Arquivamento dos autos, sem julgamento do mérito do recurso.

Processo TCDF: 2760/2013-e

Responsável: Manoel Luiz Camilo de Moraes Antunes (CPF: ***.564.291-**), liquidante da Brasiliatur.

Órgão: Empresa Brasileira de Turismo – Brasiliatur (extinta).

Relator: Conselheiro Paulo Tadeu.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.

Acórdão recorrido nº 313/2023, de 5 de julho de 2023.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando o que consta do processo, acordam os Conselheiros, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Paulo Tadeu, em reconhecer a ocorrência da prescrição em relação ao responsável, quanto aos fatos que deram origem à sua citação (item II da Decisão nº 4.744/2020), considerando prejudicada a análise do mérito do recurso (peça 209), conforme art. 1º, inciso I, da Decisão Normativa nº 5/2021, e tornar sem efeito o Acórdão nº 313/2023.

ATA da Sessão Ordinária nº 5399 de 9 de outubro de 2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Inácio Magalhães Filho, Márcio Michel, Paulo Tadeu e André Clemente e o Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA

Presidente

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Conselheiro Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 550/2024

Ementa: Pedido de Reexame contra a Decisão nº 2115/22. Recurso provido para o fim de tornar sem efeito o Acórdão nº 98/22.

Processo TCDF: 19932/2017-e

Responsável: Renato Sérgio Lyrio Mello (CPF: ***.719.915-**), Coordenador de Ortopedia.

Órgão: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.

Relator: Conselheiro André Clemente.

Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade – Digem.

Representante do MPJTCDF: Procurador Demóstenes Tres Albuquerque.

Acórdão recorrido nº 98/22, de 25 de maio de 2022.

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator Conselheiro André Clemente, em dar provimento ao recurso em apelo, para o fim de tornar sem efeito o Acórdão nº 98/22.

ATA da Sessão Ordinária nº 5399 de 9 de outubro de 2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Inácio Magalhães Filho, Márcio Michel, Paulo Tadeu e André Clemente e o Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA

Presidente

ANDRÉ CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA

Conselheiro Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 551/2024

Ementa: Tomada de Contas Especial. Imputação de débito (Acórdão nº 131/14 e da Decisão nº 261/14, exarados no Processo nº 21867/11). Recolhimento integral. Quitação plena ao responsável.

Processo TCDF: 00600-00004221/2024-64-e

Responsável: Enaldo Rodrigues de Matos (CPF: ***.776.271-**)

Órgão: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF.

Relator: Conselheiro André Clemente.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Demóstenes Tres Albuquerque.

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator Conselheiro André Clemente, com fundamento no art. 28 da Lei Complementar Distrital nº 1, de 9 de maio de 1994, em dar quitação ao responsável indicado, em face do recolhimento do débito que lhe foi imputado por meio da Decisão nº 261/14 e Acórdão nº 131/14, exarados no Processo nº 21867/11.

ATA da Sessão Ordinária nº 5399 de 9 de outubro de 2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Inácio Magalhães Filho, Márcio Michel, Paulo Tadeu e André Clemente e o Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA

Presidente

ANDRÉ CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA

Conselheiro Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 552/2024

Ementa: Tomada de Contas Anual. Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza do DF – FCEPDF. Exercício Financeiro de 2015. Contas julgadas regulares com ressalvas. Quitação aos responsáveis. Determinação.

Processo TCDF: 00600-00013260/2023-71-e

Responsáveis: Marcos Ribeiro Pacco Coelho (CPF: ***.719.962-**), Secretário de Estado, de 1º/1/2015 a 25/10/2015; Joe Viana Valle (CPF: ***.642.911-**), Secretário de Estado, de 26/10/2015 a 13/12/2015; Daniel Luchine Ishihara (CPF: ***.529.771-**), Subsecretário de Administração Geral, de 13/1/2015 a 16/8/2015 e de 26/10/2015 a 31/12/2015 e Bruno Sena Rodrigues (CPF: ***.140.031-**), Subsecretário de Administração Geral, de 17/8/2015 a 25/10/2015.

Órgão: Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza do DF – FCEPDF.

Relator: Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.

Síntese de impropriedades/falhas apuradas: itens 1 (inconsistências em saldos de contas do Passivo) e 2 (inconsistências em Atos Potenciais Ativos Diversos) do Relatório Contábil Anual do Exercício de 2015 (peça 7, e-DOC 8F4AFA59).

Determinações (LC/DF nº 1/1994, art. 19): adoção de medidas para aprimorar os procedimentos de contabilidade e de controle interno, com vistas a evitar a repetição das impropriedades contábeis apontadas nos itens 1 (inconsistências em saldos de contas do Ativo e Passivos) e 2 (inconsistências em Atos Potenciais Ativos Diversos) do Relatório Contábil Anual do Exercício de 2015 (peça 7, e-DOC 8F4AFA59).

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso, com fundamento nos arts. 17, inciso II, 19 e 24, inciso II, da Lei Complementar Distrital nº 01, de 9 de maio de 1994, em julgar regulares com ressalvas as contas em apelo e dar quitação aos responsáveis indicados.

ATA da Sessão Ordinária nº 5399 de 9 de outubro de 2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Inácio Magalhães Filho, Márcio Michel, Paulo Tadeu e André Clemente e o Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA

Presidente

VINÍCIUS CARDOSO DE PINHO FRAGOSO

Conselheiro-Substituto Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 553/2024

Ementa: Tomada de Contas Anual. Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza do DF – FCEPDF. Exercício Financeiro de 2015. Contas julgadas regulares. Quitação plena aos responsáveis.

Processo TCDF: 00600-00013260/2023-71-e

Responsáveis: Marlene de Fátima de Azevedo (CPF: ***.942.671-**), Secretária de Estado respondendo, de 15/12/2015 a 31/12/2015 e Jean Carlos Vieira de Almeida (CPF: ***.294.928-**), Subsecretário de Administração Geral, de 1º/1/2015 a 12/1/2015.

Órgão: Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza do DF – FCEPDF.

Relator: Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.

Síntese de impropriedades/falhas apuradas: itens 1 (inconsistências em saldos de contas do Passivo) e 2 (inconsistências em Atos Potenciais Ativos Diversos) do Relatório Contábil Anual do Exercício de 2015 (peça 7, e-DOC 8F4AFA59).

Determinações (LC/DF nº 1/1994, art. 19): adoção de medidas para aprimorar os procedimentos de contabilidade e de controle interno, com vistas a evitar a repetição das impropriedades contábeis apontadas nos itens 1 (inconsistências em saldos de contas do Ativo e Passivos) e 2 (inconsistências em Atos Potenciais Ativos Diversos) do Relatório Contábil Anual do Exercício de 2015 (peça 7, e-DOC 8F4AFA59).

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso, com fundamento nos arts. 17, inciso II, 19 e 24, inciso II, da Lei Complementar Distrital nº 01, de 9 de maio de 1994, em julgar regulares com ressalvas as contas em apelo e dar quitação aos responsáveis indicados.

ATA da Sessão Ordinária nº 5399 de 9 de outubro de 2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Inácio Magalhães Filho, Márcio Michel, Paulo Tadeu e André Clemente e o Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA

Presidente

VINÍCIUS CARDOSO DE PINHO FRAGOSO

Conselheiro-Substituto Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 554/2024

Ementa: Tomada de Contas Anual. Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza do DF – FCEPDF. Exercício Financeiro de 2016. Contas julgadas regulares com ressalvas. Quitação aos responsáveis. Determinação.

Processo TCDF: 00600-00013262/2023-61-e
Responsáveis: Joe Viana Valle (CPF: ***.642.911-**), Secretário de Estado, de 8/1/2016 a 21/8/2016; Antonio Gutemberg Gomes de Souza (CPF: ***.442.051-**), Secretário de Estado, de 22/8/2016 a 31/12/2016; Daniel Luchine Ishihara (CPF: ***.529.771-**), Subsecretário de Administração Geral, de 1º/1/2016 a 3/4/2016; Rossi da Silva Araujo (CPF: ***.263.331-**), Subsecretário de Administração Geral, de 4/4/2016 a 18/10/2016; Danielle Carvalho Alves (CPF: ***.146.821-**), Subsecretária de Administração Geral Substituta, de 14/3/2016 a 23/3/2016, e Subsecretária de Administração Geral, de 19/10/2016 a 31/12/2016.

Órgão: Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza do DF – FCEPDF.

Relator: Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.

Síntese de impropriedades/falhas apuradas: itens 1 (inconsistências em saldos de contas do Ativo e Passivo) e 2 (inconsistências em Atos Potenciais Ativos Diversos) do Relatório Contábil Anual do Exercício de 2016 (peça 14, e-DOC 3429F51A).

Determinações (LC/DF nº 1/1994, art. 19): aos atuais gestores, que adotem medidas para aprimorar os procedimentos de contabilidade e de controle interno, com vistas a evitar a repetição das impropriedades contábeis descritas nos itens 1 (inconsistências em saldos de contas do Ativo e Passivos); 2 (inconsistências em Atos Potenciais Ativos Diversos) do Relatório Contábil Anual do Exercício de 2016 (peça 14, e-DOC 3429F51A).

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso, com fundamento nos arts. 17, inciso II, 19 e 24, inciso II, da Lei Complementar Distrital nº 01, de 9 de maio de 1994, em julgar regulares com ressalvas as contas em apreço e dar quitação aos responsáveis indicados.

ATA da Sessão Ordinária nº 5399 de 9 de outubro de 2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Inácio Magalhães Filho, Márcio Michel, Paulo Tadeu e André Clemente e o Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA

Presidente

VINÍCIUS CARDOSO DE PINHO FRAGOSO

Conselheiro-Substituto Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 555/2024

Ementa: Tomada de Contas Anual. Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza do DF – FCEPDF. Exercício Financeiro de 2016. Contas julgadas regulares. Quitação plena à responsável.

Processo TCDF: 00600-00013262/2023-61-e

Responsável: Marlene de Fátima Azevedo (CPF: ***.942.671-**), Secretária de Estado, respondendo, de 1º/1/2016 a 7/1/2016 e Secretária de Estado substituta, de 9/4/2016 a 16/4/2016.

Órgão: Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza do DF – FCEPDF.

Relator: Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso, com fundamento nos arts. 17, inciso I, e 24, inciso I, da Lei Complementar Distrital nº 1, de 9 de maio de 1994, em julgar regulares as contas em apreço e dar quitação plena à responsável indicada.

ATA da Sessão Ordinária nº 5399 de 9 de outubro de 2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Inácio Magalhães Filho, Márcio Michel, Paulo Tadeu e André Clemente e o Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA

Presidente

VINÍCIUS CARDOSO DE PINHO FRAGOSO

Conselheiro-Substituto Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 556/2024

Ementa: Tomada de Contas Anual. Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza do DF – FCEPDF. Exercício Financeiro de 2017. Contas julgadas regulares com ressalvas. Quitação aos responsáveis. Determinação.

Processo TCDF: 00600-00013456/2023-66-e

Responsáveis: Antônio Gutemberg Gomes de Souza (CPF: ***.442.051-**), Secretário de Estado, de 1º/1/2017 a 16/10/2017; Marlene de Fátima de Azevedo (CPF: ***.942.671-**), Secretária de Estado interina, de 17/10/2017 a 10/12/2017; Danielle Carvalho Alves (CPF: ***.146.821-**), Subsecretária de Administração Geral, de 1º/1/2017 a 29/6/2017; Camila Barbosa Alves (CPF: ***.017.281-**), Subsecretária de Administração Geral, de 30/6/2017 a 10/12/2017.

Órgão: Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza do DF – FCEPDF.

Relator: Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.

Síntese de impropriedades/falhas apuradas: impropriedades contábeis descritas nos itens 1 (inconsistências em saldos de contas do Ativo), 2 (inconsistências em saldos de contas do Passivo) e 4 (inconsistências em Atos Potenciais Ativos Diversos) do Relatório Contábil Anual do Exercício de 2017 (peça 11, e-DOC C0AAFE47).

Determinações (LC/DF nº 1/1994, art. 19): aos atuais gestores, que adotem medidas para aprimorar os procedimentos de contabilidade e de controle interno, com vistas a evitar a repetição das impropriedades contábeis discriminadas nos itens 1 (inconsistências em saldos de contas do Ativo), 2 (inconsistências em saldos de contas do Passivo) e 4 (inconsistências em Atos Potenciais Ativos diversos).

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso, com fundamento nos arts. 17, inciso II, 19 e 24, inciso II, da Lei Complementar Distrital nº 1, de 9 de maio de 1994, em julgar regulares com ressalva as contas em apreço e dar quitação aos responsáveis indicados.

ATA da Sessão Ordinária nº 5399 de 9 de outubro de 2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Inácio Magalhães Filho, Márcio Michel, Paulo Tadeu e André Clemente e o Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA

Presidente

VINÍCIUS CARDOSO DE PINHO FRAGOSO

Conselheiro-Substituto Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 557/2024

Ementa: Tomada de Contas Anual. Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza do DF – FCEPDF. Exercício Financeiro de 2017. Contas julgadas regulares. Quitação plena aos responsáveis.

Processo TCDF: 00600-00013456/2023-66-e

Responsáveis: Bernardo de Castro Soares (CPF: ***.500.771-**), Subsecretário de Administração Geral, de 12/12/2017 a 31/12/2017 e Mauricio Paz Martins (CPF: ***.300.341-**), Subsecretário de Administração Geral substituto, de 13/2/2017 a 14/3/2017.

Órgão: Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza do DF – FCEPDF.

Relator: Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso, com fundamento nos arts. 17, inciso I, e 24, inciso I, da Lei Complementar Distrital nº 1, de 9 de maio de 1994, em julgar regulares as contas em apreço e dar quitação plena aos responsáveis indicados.

ATA da Sessão Ordinária nº 5399 de 9 de outubro de 2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Inácio Magalhães Filho, Márcio Michel, Paulo Tadeu e André Clemente e o Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA

Presidente

VINÍCIUS CARDOSO DE PINHO FRAGOSO

Conselheiro-Substituto Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 558/2024

Ementa: Tomada de Contas Anual. Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal – SECEC/DF. Exercício de 2007. Contas julgadas irregulares. Não aplicação de multa.

Processo TCDF: 26212/2008-e

Responsável: Paulo Cezar de Albuquerque Caldas (CPF: ***.567.007-**), Diretor de Administração, de 15/1/2007 e 31/12/2007.

Órgão: Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal – SEC/DF.

Relator: Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.

Síntese de irregularidades apuradas: repercussão das irregularidades que ensejaram a multa aplicada pela Decisão nº 5.958/2017 e pelo Acórdão nº 482/2017 (Processo nº 12.351/2008).

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando o que consta do processo, assim como as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, com fundamento no art. 17, III, alíneas “b” e “c”, da Lei Complementar Distrital nº 01/1994, em julgar irregulares as contas em apreço, sem aplicação de multa, tendo em vista o responsável ter sido apenas no bojo do Processo nº 12.351/2008, em decorrência da mesma irregularidade.

ATA da Sessão Ordinária nº 5399 de 9 de outubro de 2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Inácio Magalhães Filho, Márcio Michel, Paulo Tadeu e André Clemente e o Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA

Presidente

VINÍCIUS CARDOSO DE PINHO FRAGOSO

Conselheiro-Substituto Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 559/2024

Ementa: Tomada de Contas Anual. Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal – SECEC/DF. Exercício de 2007. Contas julgadas irregulares. Não aplicação de multa.

Processo TCDF: 26212/2008-e

Responsável: José Silvestre Gorgulho (CPF: ***.199.056-**), Secretário de Estado, de 1º/1/2007 a 31/12/2007.

Órgão: Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal – SEC/DF.

Relator: Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.

Síntese de irregularidades apuradas: repercussão das irregularidades que ensejaram a multa aplicada pela Decisão nº 5.958/2017 e pelo Acórdão nº 482/2017 (Processo nº 12.351/2008).

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando o que consta do processo, assim como as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, com fundamento no art. 17, III, alíneas “b” e “c”, da Lei Complementar Distrital nº 01/1994, em julgar irregulares as contas em apreço, sem aplicação de multa, tendo em vista o responsável ter sido apenas o bojo do Processo nº 12.351/2008, em decorrência da mesma irregularidade.

ATA da Sessão Ordinária nº 5399 de 9 de outubro de 2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Inácio Magalhães Filho, Márcio Michel, Paulo Tadeu e André Clemente e o Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA

Presidente

VINÍCIUS CARDOSO DE PINHO FRAGOSO

Conselheiro-Substituto Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 560/2024

Ementa: Tomada de Contas Anual. Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal – SECEC/DF. Exercício de 2007. Contas julgadas regulares. Quitação plena ao responsável.

Processo TCDF: 26212/2008-e

Responsável: Carlos Augusto Andrade Amaral (CPF: ***.598.731-**), Diretor Administrativo, de 1º/1/2007 a 26/4/2007.

Órgão: Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal – SEC/DF.

Relator: Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso, com fundamento nos arts. 17, inciso I, e 24, inciso I, da Lei Complementar Distrital nº 01, de 9 de maio de 1994, em julgar regulares as contas em apreço e dar quitação plena ao responsável indicado.

ATA da Sessão Ordinária nº 5399 de 9 de outubro de 2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Inácio Magalhães Filho, Márcio Michel, Paulo Tadeu e André Clemente e o Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA

Presidente

VINÍCIUS CARDOSO DE PINHO FRAGOSO

Conselheiro-Substituto Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 561/2024

Ementa: Débito oriundo de Tomada de Contas Especial que apurou irregularidade no recebimento de indenização de transporte, na passagem para a inatividade de militar do CBMDF. Desconto em folha implementado de forma parcelada. Pagamento de valor remanescente com adesão ao REFIS – DF 2020. Quitação ao responsável ante o recolhimento integral do débito. Arquivamento dos autos.

Processo TCDF: 00600-00010439/2022-96-e

Responsável: Élio Antônio de Oliveira (CPF: ***.320.341-**).

Órgão: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF.

Relatora: Conselheira Anilcéia Machado.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público,

acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pela Relatora Conselheira Anilcéia Machado, com fundamento no art. 28 da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, em dar quitação ao responsável indicado, em face do recolhimento do débito que lhe foi imputado por meio da Decisão nº 3.061/14 e Acórdão nº 379/14, no Processo nº 20.968/11.

ATA da Sessão Ordinária Virtual nº 126 de 7/10/2024 até 11/10/2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Anilcéia Machado, Inácio Magalhães Filho, Márcio Michel, Paulo Tadeu e André Clemente e o Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA

Presidente

ANILCÉIA LUZIA MACHADO

Conselheira Relatora

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 562/2024

Ementa: Exame do Edital de Pregão nº 08/2006, a partir do qual o Banco de Brasília S.A. contratou a empresa OMNI Comércio e Serviços Ltda. Relatório de Inspeção nº 7/2009. Aplicação de multa. Valor integralmente pago. Quitação ao responsável ante o recolhimento integral da penalidade. Arquivamento dos autos.

Processo TCDF: 00600-00010359/2021-50-e

Responsável: Sérgio Faria Lemos da Fonseca Júnior (CPF: ***.385.847-**).

Órgão: Banco de Brasília S.A.

Relatora: Conselheira Anilcéia Machado.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Demóstenes Tres Albuquerque.

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pela Relatora Conselheira Anilcéia Machado, com fundamento no art. 28 da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, em dar quitação ao responsável indicado, em face do recolhimento da multa que lhe foi imputada por meio da Decisão nº 2.682/17 e Acórdão nº 218/17, no Processo nº 9.561/06.

ATA da Sessão Ordinária Virtual nº 126 de 7/10/2024 até 11/10/2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Anilcéia Machado, Inácio Magalhães Filho, Márcio Michel, Paulo Tadeu e André Clemente e o Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA

Presidente

ANILCÉIA LUZIA MACHADO

Conselheira Relatora

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 563/2024

Ementa: Multa imposta com fundamento no art. 57, II, da Lei Complementar nº 1/1994, em razão de graves infrações às normas legais. Quitação plena ao responsável ante o recolhimento da multa.

Processo TCDF: 00600-00002318/2024-32-e

Responsável: José de Moraes Falcão (CPF: ***.621.984-**).

Órgão: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.

Relator: Conselheiro Manoel de Andrade.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Demóstenes Tres Albuquerque.

Síntese das irregularidades apuradas: Ausência de elaboração de projeto básico detalhado, com objeto definido, preciso e pormenorizado; confusão no instrumento do vínculo estabelecido entre a Administração e o Instituto (contrato/convênio).

Valor da multa aplicada: R\$ 1.739,13 (valor em 26/01/2022)

Vistos, relatados e discutidos os autos em exame, considerando o que consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, com fundamento no art. 28 da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, em dar quitação ao responsável indicado, em face do recolhimento da multa que lhe foi imputada pelo Tribunal nos termos da Decisão nº 38/2022 e do Acórdão nº 006/2022, proferidos no Processo nº 35810/2014-e.

ATA da Sessão Ordinária Virtual nº 126 de 7/10/2024 até 11/10/2024.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Anilcéia Machado, Inácio Magalhães Filho, Márcio Michel, Paulo Tadeu e André Clemente e o Conselheiro-Substituto Vinícius Fragoso.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque.

MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA

Presidente

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

Conselheiro Relator

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte